

Desenvolvimento do capital social em organizações comunitárias

O desenvolvimento das interações pautadas em confiança e reciprocidade ainda se mostra obscuro quando relacionado ao campo organizacional, principalmente quanto à formação e desenvolvimento de organizações comunitárias. Portanto, o objetivo deste artigo é compreender as estruturas de desenvolvimento do capital social em organizações comunitárias. Foram pesquisadas duas organizações comunitárias brasileiras sem fins lucrativos, uma denominada Liga de Mulheres em Porto Velho/RO e a outra denominada Movimento pela Paz na Periferia (MP3), localizada em Teresina/PI. Em cada uma das organizações foi aplicado um roteiro semiestruturado contendo 15 perguntas, totalizando 11 entrevistas, sendo oito na Liga de Mulheres e três no MP3. Os resultados indicam que o desenvolvimento do capital social na Liga de Mulheres recebe maior influência das organizações familiares, porém com uma presença marcante de liderança, enquanto no MP3 o capital social se desenvolve mais por meio da formação de capital intelectual. Nos dois locais pesquisados se verificou o estreitamento dos laços entre os integrantes tendo como meio a reciprocidade, no qual antigos beneficiários dos serviços das organizações tendem a retribuir com novas ações para ajudar novos beneficiários que se encontram socialmente ou economicamente vulneráveis.

Palavras-chave: Capital social; Organizações comunitárias; Desenvolvimento.

Social capital development in community based organizations

The development of interactions based on trust and reciprocity is still obscure when related to the organizational field, mainly regarding the formation and development of community organizations. So, this paper aims to understand the development of social capital structures in community based organizations. Two Brazilian non-profit organizations were analyzed, the Women's League located in Porto Velho/RO, and the Movement for Peace in the Periphery (MP3) located in Teresina/PI. In both organizations a semi-structured interviews was applied with 15 questions totaling 11 interviews, with eight in the Women's League and three in the MP3. The results indicate that the development of social capital in the Women's League is more influenced by family organizations but with a strong presence of leadership, while in MP3 the social capital is developed through the formation of intellectual capital. In both organizations reciprocity was the main way there was a narrowing of the ties between members in which new beneficiaries tend to reciprocate with new actions to help new beneficiaries who are socially or economically vulnerable.


Keywords: Social capital; Community based organizations; Development.


Topic: **Terceiro Setor e Cooperativismo**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Received: **11/01/2019**

Approved: **21/04/2019**

Haroldo de Sá Medeiros 
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2039274371515784>
<http://orcid.org/0000-0002-8410-9913>
haroldo_sm@hotmail.com

Denilson Pereira da Silva 
Instituto Federal do Piauí, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8314087181601703>
<http://orcid.org/0000-0002-3388-3706>
denilson@ifpi.edu.br

Jane Costa de Menezes
Universidade de Fortaleza, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0638012511511873>
jane_menezes@hotmail.com

Augusto Marcos Carvalho de Sena
Universidade de Fortaleza, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4973477237389263>
amsena@unifor.br



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2018.001.0010

Referencing this:

MEDEIROS, H. S.; SILVA, D. P.; MENEZES, J. C.; SENA, A. M. C..
Desenvolvimento do capital social em organizações comunitárias.
Revista Brasileira de Administração Científica, v.9, n.1, p.137-149,
2018. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2018.001.0010>

INTRODUÇÃO

As organizações de base comunitária (CBOs) são agrupamentos locais de indivíduos, originados de iniciativa pública, privada ou comunitária, que tem por objetivo incentivar as redes de colaboração entre seus membros para que melhorem sua qualidade de vida e minimizem as exclusões sociais por meio de ações coletivas (BERNIER et al., 2014). O surgimento deste tipo de organização decorre da limitação na atuação de outras organizações tradicionais, usualmente de natureza pública, em ampliar a inclusão social de pessoas que vivem em regiões marginalizadas e menos favorecidas economicamente (IERULLO et al., 2015).

A formação das redes de colaboração nas CBOs se origina do capital social que desenvolve a interação entre os indivíduos das comunidades, institucionalizando a confiança e a reciprocidade nas organizações (GRAZHEVSKA et al., 2013; PEREDO, 2015), sendo essa institucionalização uma pré-condição que possibilita o compartilhamento das ações gerenciais pela comunidade (ARMITAGE et al., 2007; SAMPAIO et al., 2008; SCHRÖTER et al., 2014).

Por outro lado, diferente do entendimento sobre o capital social nas comunidades, o desenvolvimento das interações pautadas em confiança e reciprocidade ainda se mostra obscuro quando relacionado ao campo organizacional, principalmente quanto à formação e desenvolvimento de organizações comunitárias. A interferência das relações da comunidade em conjunto à necessidade de dirimir problemas sociais e econômicos, o contato com organizações públicas e privadas e as ações gerenciais compartilhadas são alguns dos elementos que tornam a discussão sobre o desenvolvimento do capital social organizacional comunitário algo necessário, tendo em vista a amplitude de instituições que se relacionam com as CBOs.

Além disso, embora a literatura sobre capital social seja vasta, parte significativa desconsidera o contexto organizacional, abordando apenas as comunidades em que se inserem as CBOs. Mesmo quando tratam de organizações, estas costumam fazer parte de comunidades tradicionais com fortes laços ao meio ambiente, ou ainda, as análises se restringem as organizações com fins lucrativos, não havendo relação com o contexto urbano e seus problemas econômicos e sociais ou com organizações sem fins lucrativos. Portanto, o objetivo deste artigo é compreender as estruturas de desenvolvimento do capital social em organizações comunitárias. Para isto, foram pesquisadas duas organizações comunitárias brasileiras sem fins lucrativos, uma denominada de Liga de Mulheres, localizada em Porto Velho/RO e a outra denominada de Movimento pela Paz na Periferia (MP3), localizada em Teresina/PI, sendo ambas situadas no perímetro urbano das cidades.

REVISÃO TEÓRICA

Capital social

As definições de capital social abrangem interações coletivas como meios de promover a geração ou extensão de benefícios aos indivíduos e grupos. Além disso, tem como uma das principais finalidades a diminuição nos custos de transação por meio da economia de custos de informação e de coordenação de

atividades (NAHAPIET et al., 1998). Sua definição inicial, dada por Hanifan (1916), relacionada a empreendimentos em comunidades rurais, aborda o companheirismo, simpatia mútua e as relações sociais entre grupos de indivíduos e famílias, como veiculadores de organização e expansão de negócios. Além disso, trata estas características como razões para que benefícios sociais e econômicos sejam criados e difundidos em comunidades. A partir da década de 1980 outras abordagens sobre capital social ganham destaque por meio de autores como Bourdieu (1980), Coleman (1988), Putnam (2000), Ostron et al. (2003), conforme Quadro 1.

Quadro 1: Capital Social.

Autores	Definições de Capital Social
Bourdieu (1980)	É um conjunto de recursos disposto a uma rede de relações duráveis, institucionalizada pelo convívio, reconhecimento recíproco e pela utilidade entre os indivíduos.
Coleman (1988)	É uma estrutura de relações entre atores que facilita suas atuações, sejam pessoas ou atores corporativos. Como outras formas de capital, tem relação com produção.
Putnam (2000)	O capital social se refere às conexões entre os indivíduos, relações sociais e normas de reciprocidade baseadas em confiança. Tem sua ideia principal no fato de que relações sociais têm valor e podem afetar a produtividade dos indivíduos e grupos.
Ostron et al. (2003)	O capital social pode ser entendido sob as concepções minimalista e expansionista. A concepção minimalista abrange as relações sociais baseadas em reciprocidade entre indivíduos que maximiza o capital financeiro, enquanto a concepção expansionista abrange a organização da rede de capitais sociais individuais, no intuito de maximizar benefícios sociais e financeiros para grupos de indivíduos.

Embora o capital social tenha ganhado novas interpretações conceituais ao longo dos anos, estas possuem limitações por tratar de modo generalizado a reciprocidade, utilidade, confiança, convívio e relações sociais, que são alguns dos elementos que permeiam o capital social, desconsiderando suas transformações ou mesmo a finalidade das organizações que os possuem. Estes elementos são tratados como condicionantes de interatividade para criação de organizações, ampliação da produtividade e expansão dos benefícios financeiros em distintos modelos de empreendimentos, desprezando alterações que possam sofrer no âmbito organizacional.

As alterações nos elementos que formam e influenciam o desenvolvimento do capital social podem estar relacionadas às relações familiares nos empreendimentos (ANDRADE et al., 2013); heterogeneidade de objetivos entre indivíduos de um mesmo grupo (ARREGLE et al., 2007); fatores culturais das comunidades (FLINN et al., 2004; LIRÓN, 2013); questões mercadológicas (ANWAR et al., 2014); formação do capital intelectual (NAHAPIET et al., 1998), formas de participação dos indivíduos no gerenciamento dos recursos e empreendimentos coletivos (DENG et al., 2013; NUÑEZ, 2013) e estabelecimento de relações com outras organizações (MACKKE et al., 2010; XU et al., 2014).

As relações familiares influenciam o desenvolvimento do capital social no âmbito das organizações. Esta influência ocorre por meio dos diálogos colaborativos, rede familiar, infraestrutura moral, confiança, normas éticas, ideias próprias e canais de informação externos. Todos estes elementos formam o capital social e o fazem desenvolver ao longo do tempo, no entanto, sua solidificação ocorre com o diálogo colaborativo, enraizando normas éticas e criando infraestrutura moral no meio familiar e organizacional (ANDRADE et al., 2013).

A heterogeneidade dos objetivos entre indivíduos de um mesmo grupo compreende a diversidade de grupos sociais que formam as organizações e comunidades. Esta diversidade tem como resultado uma complexidade de conexões entre os indivíduos e grupos que influencia negativamente o capital social pela divergência de objetivos, afetando as relações formais e informais e limitando a extensão de benefícios coletivos pela quebra de confiança e reciprocidade. Esses aspectos da heterogeneidade também são relacionados a organizações familiares, nas quais os diálogos não se estabelecem como colaborativos (ARREGLE et al., 2007).

Os fatores culturais influenciam o desenvolvimento do capital social pelo engajamento cultural comunitário (FLINN et al., 2004) e pela ruptura na transmissão de valores e comportamentos tradicionais (LIRÓN, 2013). O engajamento cultural comunitário se dá pelo fato de que a participação nas atividades culturais pode ajudar a aumentar a comunicação e as habilidades sociais dos indivíduos, ampliando as redes sociais e estabelecendo uma identidade coletiva entre potenciais participantes de uma rede de relacionamentos. No entanto, a participação em atividades culturais não conduz necessariamente ao desenvolvimento do capital social, pois o seu desenvolvimento depende da existência de redes de relacionamento por longos períodos (FLINN et al., 2004). Em contrapartida, a ruptura na transmissão de valores e comportamentos tradicionais proporciona uma desvinculação das redes sociais, implicando até mesmo na desvalorização de lideranças comunitárias e organizacionais (LIRÓN, 2013). Verifica-se que tanto o engajamento cultural comunitário quanto a ruptura na transmissão de valores e comportamentos tradicionais podem ser associados às comunidades e organizações. Essas duas ações influenciam a facilidade em transacionar economicamente possibilitada pela formação de capital social, alicerçado em confiança e reciprocidade, enquanto o engajamento influencia positivamente, a ruptura o faz negativamente.

As questões mercadológicas consistem na penetração no mercado por meio do rápido fluxo de entrada de mercadorias, serviços e pessoas nas comunidades para comercializar. Este fluxo influencia as comunidades e suas organizações a experimentar um processo de desintegração social, no qual há perda da identidade coletiva, porém um aumento significativo na tolerância social para os indivíduos recém-chegados na comunidade. Estes aspectos impactam na estrutura de propriedade local e nas formas de transacionar, gerando possíveis conflitos sociais entre indivíduos que previamente se inseriam em um ambiente com níveis relevantes de capital social formado (ANWAR et al., 2014).

O capital social e o capital intelectual se relacionam de modo que seus efeitos refletem um no outro. Distintos dos outros elementos previamente descritos que desenvolvem o capital social que os tem como um output, o capital intelectual tem sua geração facilitada pelas relações sociais fundamentadas no convívio, confiança e reciprocidade, que são características próprias do capital social. No entanto, sua geração também influencia o capital social, pois o compartilhamento de conhecimento também incrementa de forma positiva as relações sociais, confiança, convívio e reciprocidade (NAHAPIET et al., 1998).

As formas de participação dos indivíduos no gerenciamento dos recursos e empreendimentos coletivos influenciam o desenvolvimento do capital social na medida em que nas organizações há conflitos de interesses e isso interfere na participação dos indivíduos nos processos decisórios e na distribuição de

benefícios, gerando implicações na motivação social coletiva (NUÑEZ, 2013). Além disso, a possibilidade da participação de agentes externos, como ONGs, sindicatos, agentes governamentais ou outros, pode se configurar como barreira ao crescimento do capital social positivo quando estes agentes geram impactos negativos no gerenciamento dos recursos e prejudicam as relações entre os envolvidos na gestão dos recursos de organizações ou comunidades (DENG et al., 2013).

O estabelecimento de relações com outras organizações desenvolve o capital social positivamente quando o relacionamento é duradouro e colaborativo. Este relacionamento tem por objetivo a maximização da eficiência coletiva, a fim de proporcionar vantagens e superação de limitações entre as organizações. Embora a natureza colaborativa seja comumente associada ao estabelecimento de redes de cooperação, pode ser facultativo às organizações o seu desligamento da relação, mesmo que isso implique em restrições aos que se desvinculam das redes. Além disso, o desenvolvimento do capital social é um fator determinante para a competitividade das organizações e indivíduos que formam as redes colaborativas, pois afeta as relações que interferem a gestão de recursos compartilhados (MACKE et al., 2010). O trabalho colaborativo, pautado em relações de confiança e reciprocidade, auxilia no aumento de produtividade dos indivíduos, qualidade e reputação do grupo ou organização. Entretanto, quanto menor foi a intensidade do capital social, maior serão os custos para a gestão das relações de colaboração (XU et al., 2014), confirmando o disposto por Nahapiet et al. (1998), quando abordam os custos de transação e gerenciamento entre organizações.

A literatura sobre desenvolvimento de capital social é ampla e aborda muitos aspectos de diversas áreas de conhecimento. No entanto, verificou-se que seu desenvolvimento ainda permanece pouco analisado nas organizações, não havendo muitas análises que se estendessem do campo comunitário ao organizacional.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza pelos procedimentos de pesquisa qualitativa, a fim de atender ao objetivo proposto foram realizados dois estudos de caso, sendo o primeiro em uma organização de base comunitária, denominada Liga de Mulheres, localizada no Bairro Ayrton Senna em Porto Velho/RO, enquanto o segundo foi realizado no Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), localizado no Bairro São Pedro em Teresina/PI. Os estudos de casos se caracterizam como um conjunto de técnicas que tem como foco a compreensão de fenômenos contemporâneos inseridos em um contexto da vida real, além disso, têm por objetivos responder perguntas do tipo 'como' ou 'por que' sem a necessidade de controle sobre eventos comportamentais e possuem fontes múltiplas de evidências (YIN, 2001).

A análise dessas organizações se justifica pelos seus gerenciamentos serem feitos, parcialmente ou plenamente, pela comunidade. Além disso, as regiões onde se localizam são fortemente marcadas pela deficiência na oferta de infraestrutura básica (saneamento básico, pavimentação, saúde e educação) e pelo alto índice de criminalidade.

Os procedimentos da pesquisa se dividem em cinco etapas, sendo a primeira etapa realizada a revisão da literatura, contemplando conceitos de capital social em relação ao seu desenvolvimento em

organizações. A segunda etapa consistiu na construção e aplicação do roteiro estruturado de entrevista, contendo 15 perguntas que foram feitas para oito representantes da Liga de Mulheres e três representantes da MP3. As entrevistas foram realizadas em janeiro de 2016, tendo em média 12 minutos de duração. As operacionalizações das variáveis em relação ao roteiro contemplaram as variáveis descritas na segunda seção deste artigo, que são: relações familiares nos empreendimentos, heterogeneidade de objetivos entre indivíduos de um mesmo grupo, fatores culturais das comunidades, questões mercadológicas, formação do capital intelectual, formas de participação dos indivíduos no gerenciamento dos recursos e empreendimentos coletivos e estabelecimento de relações com outras organizações.

A quarta etapa consistiu na análise dos dados coletados. Os procedimentos desta etapa foram baseados na análise de conteúdo, contendo três fases: pré-análise; exploração; tratamento de resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1988). Na pré-análise foram estabelecidas a problemática e objetivo do estudo, bem como a delimitação dos indivíduos pesquisados, considerando quem eram os mais indicados para fornecer informações relevantes, devido às suas funções e envolvimento com as organizações. A codificação dos dados, procedimento correspondente à fase de exploração, ocorreu por meio da disposição dos trechos das entrevistas. O tratamento dos resultados, inferência e interpretação foi realizado mediante transcrição e se deu por meio dos seguintes procedimentos: elaboração de quadro de análise; definição de palavras-chave e alocação das palavras-chave no quadro de análise. A quinta etapa consistiu na discussão dos resultados encontrado com os resultados de estudos anteriores, dispostos na fundamentação teórica deste artigo.

RESULTADOS

Liga de Mulheres

A Liga de Mulheres é uma organização comunitária, sem fins lucrativos, localizada no Bairro Ayrton Senna na cidade de Porto Velho/RO. O bairro em que se localiza a organização fica na zona leste da cidade, não possui saneamento básico, a maioria das ruas não é asfaltada e a violência é uma marca na região, principalmente em decorrência de antigos conflitos de terras e tráfico de drogas.

A líder da Liga de Mulheres se chama Juracy, porém é conhecida pela comunidade como Jô. A liderança da liga não é realizada por membros formalmente constituídos, pois não possui CNPJ, estatuto ou qualquer outra forma de comitê gestor e mecanismos de gestão. Desta forma, a Jô é tida como líder por ser fundadora e por ter sua função reconhecida positivamente pelas pessoas atendidas pela organização.

A Liga começou a atuar na comunidade a partir de 2007, embora a ideia de haver uma organização comunitária tenha surgido em 1999. Seu surgimento é originado no desligamento da líder com a associação do bairro, algo que provocou o engajamento, de fato, de algumas pessoas a formar uma organização que realmente suprisse as necessidades da população residente no bairro e que, principalmente, não tivesse laços fortes com membros de partidos políticos locais para que não houvesse clientelismo ou favorecimentos 'eleitoreiros'. Dentre as demandas comunitárias que motivaram as pessoas a formar a Liga, se destaca o

envolvimento de crianças com o tráfico de drogas, seja como usuárias ou mesmo no trabalho de venda e distribuição, provocando o aumento da violência no bairro.

O trabalho realizado pela Liga tem como meio a atuação das mulheres, as pessoas beneficiárias não se restringem por gênero ou por faixa etária, havendo homens, crianças e idosos que utilizam os serviços ofertados. Os principais serviços são auxílio de saúde, principalmente para as mulheres e crianças, e auxílios educacionais. Verificou-se que existem outros serviços prestados, porém, todos eles, incluindo os de saúde e educacionais, são prestados de modo indireto, sem o apoio voluntário de profissionais.

Os auxílios de saúde se restringem ao apoio das próprias voluntárias que se dirigem aos postos públicos de saúde para buscar senhas de atendimento em horários que antecedem seu funcionamento. Isto ocorre pela deficiência na quantidade de vagas ofertadas nestes postos para o atendimento da população, ainda, se destaca que profissionais de saúde voluntários não realizam atendimento no local onde a Liga funciona.

Os auxílios educacionais se mostram sem o atendimento de profissionais voluntários da área, estes são prestados por voluntárias que buscam vagas nas creches e escolas, ajudando as mães e pais que não podem comparecer devido a razões de trabalho e complicações de saúde. Verifica-se que estas duas prestações de serviços, na saúde e educação, são feitas apenas por meio de contatos e relações de confiança entre os membros, não havendo quaisquer benefícios financeiros para as voluntárias. Ao contrário, uma das maiores dificuldades relatadas é a falta de financiamento das atividades, pois como a organização não é formalizada com um CNPJ, não há fonte de renda mediante auxílio do Estado, havendo apenas a colaboração das próprias voluntárias. No momento em que houve o primeiro contato com a organização, um dos pesquisadores se deparou com o atendimento da líder da organização a uma jovem que havia sofrido violência doméstica, na qual buscava orientações de como proceder naquela situação. Ainda, em outro momento, houve um diálogo entre diversas voluntárias e beneficiárias sobre emprego, no qual algumas estavam indicando vagas remanescentes para outras que estavam desempregadas. Sendo assim, constata-se que o trabalho da Liga não se resume apenas à saúde e educação, havendo outras necessidades atendidas por meio da interação entre as pessoas que são voluntárias e se beneficiam da organização.

A entrada na Liga das voluntárias e do voluntário entrevistados, de modo unânime, foi pedindo ajuda. As ajudas relatadas variam entre os segmentos de saúde, educação, emprego e auxílio contra violência, não havendo auxílios de outras naturezas. Entretanto, verificou-se que a permanência e colaboração das pessoas voluntárias sempre ocorreram mediante solicitação da líder da organização, destacando o papel da liderança neste tipo de comunidade.

Todos os entrevistados relataram confiar muito no trabalho realizado pela Liga e pela líder, apresentando pequenos fatos que demonstraram a ausência de distinção por gênero, idade, raça ou qualquer outro parâmetro que pudesse impedir a ajuda aos indivíduos que precisassem. A presteza e o bom atendimento foram relatados como pontos fortes em todas as entrevistas. Relacionado à confiança, a Liga foi tratada como um meio importante de veicular desenvolvimento no bairro ao buscar melhorar as condições de vida da população local, principalmente pelas relações que levam a busca por emprego e

incentivo à educação dos jovens. A contribuição da Liga para a vida dos entrevistados foi sempre relatada como um meio de melhoria de condições de vida, abordando sempre os mesmos aspectos: saúde, educação, emprego e violência.

Nenhum tipo de conflito grave de relacionamento entre os colaboradores foi relatado pelos beneficiários, embora alguns pequenos problemas de relacionamento entre voluntários tenham sido comentados como existentes. Esses problemas foram apresentados como entraves que rapidamente são resolvidos pela liderança por meio do diálogo com as pessoas envolvidas, redirecionando, caso necessário, as voluntárias ou os voluntários para auxiliar em outros serviços. Por outro lado, mesmo havendo a declaração de pequenos conflitos entre as pessoas voluntárias, todos os entrevistados declararam que a cooperação entre eles é muito positiva e eficiente. A cooperação dos voluntários e das voluntárias é resultado dos auxílios obtidos pelas pessoas ao longo do tempo como beneficiárias da Liga.

Outro aspecto relevante é a que as tarefas são divididas pela líder para os voluntários, havendo uma sobrecarga de atividades da própria liderança, pois a gestão das atividades da Liga se mostrou muito centralizada na líder. Além disso, como a organização não possui fontes de arrecadação conveniadas ao Estado e todo o financiamento é voluntário, parte significativa da renda se origina da própria família da líder. Desta forma, pode-se afirmar que, embora as pessoas sejam atendidas pela Liga, a divisão de tarefas é negativa, pois sobrecarrega a líder tanto pela concentração de atividades quanto financeiramente.

Verificou-se que há interferência política no trabalho da Liga em períodos eleitorais. Esta interferência ocorre por meio de promessas de apoio de candidatos e candidatas, que ofertam melhoria na infraestrutura e suporte financeiro. Entretanto, conforme relato da líder e das pessoas voluntárias, todas as vezes que esse tipo de interferência ocorreu, houve intensificação de conflitos entre voluntários e beneficiários em decorrência de afinidade político-partidária. Desta forma, seria melhor que não ocorresse em outras ocasiões. Ademais, constatou-se que as principais dificuldades da Liga são a falta de infraestrutura na sede, falta de transporte próprio e falta de fontes de financiamento para realizar suas atividades.

Movimento pela Paz na Periferia (MP3)

O Movimento pela Paz na Periferia (MP3) é uma organização comunitária, sem fins lucrativos, localizada no Bairro São Pedro na cidade de Teresina/PI. O bairro em que se localiza atualmente a organização fica na zona sul da cidade, mais precisamente no centro Social Elmira Ferraz, não é contemplado em sua totalidade com saneamento básico, apesar de ser localizado na zona urbana da cidade, enfrenta diversos problemas como a violência na região.

O líder, criador e coordenador do MP3 se chama Francisco Júnior, mais conhecido como Júnior do MP3. Sendo considerado o seu Líder por todos, justamente por ter sido o fundador do movimento, sempre atuando na linha de frente em todos os projetos desenvolvidos e a partir do momento que a organização foi formalmente constituída tornou-se o coordenado do movimento. O MP3 foi criado em 2002, quando grupos de dança, do hip hop, skatistas, rappers e grafiteiros começaram a se reunir na Praça Pedro II, localizada no centro da cidade de Teresina/PI e considerada um centro cultural, os encontros eram sempre às sextas-feiras

ou domingos a fim de trocar informações sobre a cultura da periferia, mostrar a sua arte, eram feitas palestras, atividades de música e dança.

O Movimento foi adquirindo força e buscando sempre atuar junto às comunidades da periferia e mais carentes, fossem na zona urbana ou na zona rural de Teresina/PI, daí sua denominação Movimento pela Paz na Periferia (MP3) com o objetivo inicial de trabalhar a cultura dentro das comunidades com a finalidade de conscientizar as pessoas e através disso prevenir o uso de drogas e o envolvimento dos jovens com a criminalidade, principalmente junto aos jovens em risco social, que não tinham muitas oportunidades no mercado de trabalho e viviam a margem da sociedade.

O MP3 foi criado oficialmente no dia 01 de agosto de 2004, ano em que a instituição foi juridicamente regularizada, tornando-se uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos. Nesse mesmo ano, já com o projeto Cineperiferia em andamento e sendo realizado em diversas comunidades, com exibição de filmes e palestras após essas exposições, o MP3 tem a necessidade de uma sede própria em virtude do projeto de Inclusão Digital que teve o apoio da Fundação Banco do Brasil, então lhe foi cedido o Centro Social Elmira Ferraz, local onde até hoje se encontra a sede do movimento.

O MP3 veio com a proposta de ser uma organização que pudesse levar cultura e suprir as necessidades de comunidades da periferia buscando se distanciar de partidos políticos para poder atender a todos da maneira mais democrática e participativa possível. Além dos projetos já existentes, surgiu no MP3 a necessidade de oferecer à comunidade outros cursos que possibilitassem a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sua profissionalização, assim como sua formação cidadã, a partir disso surgem como principais serviços a oferta de cursos de montagem e manutenção de computadores, eletrônica, robótica, reparo de computadores, atividades lúdicas e esportivas com crianças e jovens da comunidade de ambos os gêneros, já tendo sido ofertado também no MP3 cursinho popular para preparação em ingresso nas universidades para diversos de seus beneficiários.

Todas as atividades são desenvolvidas a partir do trabalho voluntário, sendo que boa parte dos voluntários atuam exclusivamente no MP3, alguns possuem outros empregos e disponibilizam parte de seu tempo para atuarem como monitores ou professores nas atividades desenvolvidas pelo movimento. Os profissionais voluntários que atuam no MP3 possuem formação superior, alguns já foram beneficiários dos projetos realizados pelo movimento e retornaram para contribuir com a organização que lhes capacitou para se inserirem no mercado e ingressarem no curso superior.

O pesquisador ao chegar a sede do movimento percebeu a grande quantidade de pessoas atendidas pelo MP3, assim como a organização, em diversas salas, com setores responsáveis por diversas etapas, fosse a recepção, salas de aula, laboratórios, quadra de esportes, espaço para desmontagem de equipamentos eletrônicos, todo o espaço muito bem sinalizado e organizado. Havendo no momento de acesso a sede no MP3 diversas pessoas buscando informações sobre os cursos oferecidos pela organização.

A maior dificuldade relatada é a falta de apoio financeiro, pois existem custos permanentes na organização com internet, alimentação que é fornecida aos beneficiários, necessidade de auxílio-transporte aos alunos da zona rural, água, energia elétrica. Algumas organizações como o Rotary Clube, empresários,

fazem doações ao MP3, contudo são insuficientes para manterem todas as suas atividades, por esse motivo um de seus principais projetos o Cineperiferia encontra-se desativado e sem poder se deslocar até as comunidades mais distantes e mesmo sendo regularizada, tendo esse distanciamento das comunidades sido relatado como outra dificuldade, pois o movimento o fazia antes com mais intensidade.

Mesmo possuindo CNPJ o MP3 ainda encontra muitas dificuldades na captação de recursos para o desenvolvimento de suas atividades, sendo as pequenas doações umas de suas principais fontes de renda, além da venda de material eletrônico que é reciclado nas aulas de montagem e manutenção de computadores.

Todos os entrevistados relataram ter confiança plena no trabalho realizado pelo MP3, não tendo nenhuma queixa sobre o desenvolvimento das atividades da organização, sendo colocado como ponto muito positivo o fato de sempre ter vagas disponível para quem deseja fazer cursos e buscar apoio no local. O MP3 é visto como um local em que se encontra acolhimento e oportunidade efetiva sem distinção de gênero, cor, raça, credo ou outra forma, inclusive foi relatado por um dos entrevistados que o MP3 tem recebido muitas pessoas que não estão no grupo de risco que o movimento tem como foco e que buscam suas atividades, como universitários, jovens de classe média. Tendo o MP3 uma contribuição significativa para a melhoria da qualidade de vidas de seus beneficiários e da comunidade em que se localiza, por lhes prepararem para ingressar no mercado de trabalho, nas universidades e terem uma formação cidadã, sendo sempre reforçada, durante as entrevistas, a ideia de família que é disseminada dentro do movimento.

Não foi relatado nenhum tipo de conflito grave de relacionamento entre os colaboradores e nem entre os beneficiários, caso surjam pequenos problemas se procura sanar o mais breve possível, sendo feitas reuniões com os monitores, coordenadores e a participação do Líder a fim de buscar uma solução o mais breve possível, todavia, segundo relato dos entrevistados, são situações pontuais, buscando sempre frisar o relacionamento de família que deve haver dentro do movimento. A divisão das tarefas no MP3 é bem aceita por todos, pois os monitores, coordenadores e o Líder do movimento procurem desde o início identificar os talentos que cada voluntário ou beneficiário tem para em seguida fazer a divisão de tarefas entre eles, estando todos satisfeitos e com bom senso de cooperação para o bom andamento das atividades da organização.

O pesquisador pôde observar e identificar a partir das entrevistas realizadas que todas as atividades são sempre acompanhadas e relatadas ao Líder do movimento, estando ele responsável pela gestão do movimento e é o representante maior do MP3. Não se percebe uma sobrecarga de atividade no Líder, contudo é perceptível a participação do Líder e uma necessidade do seu aval para diversas decisões a serem tomadas dentro do movimento. O distanciamento político é o que busca sempre o MP3, entretanto, em relato dos entrevistados, foi dito que nem sempre é possível se manter imune ou distante desses agentes, pois o movimento também precisa de apoio no desenvolvimento de suas atividades, mas procura manter-se o mais isento possível nessas questões.

DISCUSSÃO

Nesta subseção, faz-se uma discussão dos principais resultados do presente estudo de acordo com a literatura sobre capital social nas organizações comunitárias. Vale salientar que a literatura sobre comunidade é um dos elementos estratégicos para o desenvolvimento local. É no âmbito de ação da comunidade que ocorrem os processos de interação social e é essa interação social que tem o poder de construir, através da prática e da identidade compartilhadas pelos seus membros, soluções inovadoras para a sociedade como um todo. O que move as comunidades é o aprendizado construindo socialmente, isso significa que este mesmo processo de aprendizado também é capaz de se tornar um diferencial nos processos de desenvolvimento local.

Hanifan (1916) destaca características de companheirismo, simpatia, apoio, confiança, assim como relações sociais e familiares como um meio criar e desenvolver mecanismos sociais e econômicos nas comunidades. Para um dos casos estudados, como a Liga de Mulheres, pode-se perceber que são realizados trabalhos sem fins lucrativos, visto que a comunidade, além de não possuir um CNPJ, também não produz bens de consumo. A mesma tem como objetivo principal prestar serviços como, de saúde e educacionais, as pessoas da comunidade, embora estes serviços não sejam ofertados diretamente por profissionais voluntários, mas por pessoas que se colocam a disposição para ajudar aos moradores da comunidade. Auxiliando-os com apoio, como entrando em fila de postos de saúde e hospitais para conseguir senhas, vagas em creches e escolas, já que a comunidade não dispõe de recursos financeiros.

Segundo Xu et al. (2014), o trabalho colaborativo, pautado em relações de confiança e reciprocidade, colabora no aumento de produtividade dos indivíduos, qualidade e reputação do grupo ou organização, como vem ocorrendo no caso da comunidade Liga de Mulheres, o trabalho tem se destacado pelo voluntariado e pela relação de confiança entre os membros, pois durante o processo de colhimento de dados esses foram os pontos fortes destacados entre os entrevistados, além de ausência de problemas internos de relacionamento entre os colaboradores e beneficiários.

Em relação ao projeto desenvolvido pelo Movimento pela Paz na Periferia (MP3) Flinn et al. (2004), argumentam que os fatores culturais influenciam no desenvolvimento do capital social pelo engajamento cultural comunitário. Através das entrevistas foi possível perceber que o trabalho cultural desenvolvido pela comunidade tem grande impacto na vida da comunidade e consequentemente para o entorno dela, visto que houve uma melhora nas taxas de violência e nos jovens usuários de drogas após o surgimento da comunidade. Já que foram desenvolvidos além de cursos sobre danças, atividades de música, palestras, serviços de profissionalização de cursos de montagem e manutenção de computadores, eletrônica, robótica e preparação para ingresso nas universidades que mantém esses jovens proporciona condições de futuro.

Adiante Flinn et al. (2004), novamente destacam o engajamento cultural comunitário referente à participação nas atividades culturais como ela podem ajudar a aumentar a comunicação e as habilidades sociais dos indivíduos, ampliando as redes sociais e estabelecendo uma identidade coletiva entre potenciais participantes de uma rede de relacionamentos. Isso favorece aqueles jovens que não teriam oportunidades,

estariam bem próximas ao mundo do crime, pessoas com capacidades culturais ociosas, e ao encontrar um apoio dentro de um grupo social e/ou comunitário, que possam desenvolver seu talento é uma forma de avançar o capital social e o capital humano.

Por fim, notou-se também das duas comunidades pesquisadas, Liga de Mulheres e MP3, apenas a segunda possui o que destaca Coleman (1988), relação com produção. Ambas as comunidades apontaram que não possuem vínculos com partidos políticos. Embora a comunidade MP3 tenha destacado sua parcela de produção, a existência de profissionais formados atuando e a sua carência de recursos. Para o caso da Liga de Mulheres, esta já é totalmente dependente de voluntariado, não tendo profissionais qualificados, não produzem e os recursos são ainda mais escassos.

No entanto, apesar de existir o reconhecimento, por parte das duas comunidades pesquisadas, pela falta de recursos, ambos os integrantes reconhecem a importância na vida de cada beneficiário, sejam jovens, crianças, mulheres, independentemente da idade ou raça. As pessoas valorizam e reconhecem o trabalho do Líder da comunidade e veem que através deles foi possível criar uma nova realidade para o hoje e para o amanhã nas regiões onde estão situadas.

CONCLUSÕES

As duas organizações analisadas se destacam na região em que atuam, promovendo melhorias na vida dos beneficiários por meio da cooperação entre seus membros. Porém, o desenvolvimento do capital social na Liga de Mulheres recebe maior influência das organizações familiares, mesmo com uma presença marcante de liderança, enquanto no MP3 o capital social se desenvolve mais com a formação do capital intelectual. Nos dois locais pesquisados também se verificou o estreitamento dos laços entre os integrantes tendo como meio a reciprocidade, no qual antigos beneficiários dos serviços das organizações tendem a contribuir com novas ações para ajudar novos beneficiários que se encontram socialmente ou economicamente vulneráveis.

Os resultados apontaram conformidades com o descrito na fundamentação teórica, abrangendo todos os elementos tidos como variáveis para análise do desenvolvimento de capital social: relações familiares nos empreendimentos, heterogeneidade de objetivos entre indivíduos de um mesmo grupo, fatores culturais das comunidades, questões mercadológicas, formação do capital intelectual, formas de participação dos indivíduos no gerenciamento dos recursos e empreendimentos coletivos e estabelecimento de relações com outras organizações.

Embora o método empregado neste artigo, que foi o de estudos de caso, não seja o mais indicado para efetuar generalizações ou teorizações, acredita-se que os resultados deste estudo podem ser utilizados em estudos posteriores para análises mais abrangentes. Sugere-se que cada um dos elementos ligados ao desenvolvimento do capital social seja estudado separadamente em organizações com o mesmo comportamento atípico, como foi feito neste artigo. Ainda, sugere-se que estudos posteriores analisem organizações comunitárias sem fins lucrativos com propósitos similares a fim de compreender possíveis padrões de desenvolvimento do capital social.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. M.; LIMA, J. B.; ANTONIALLI, L. M.; LEITE FILHO, G. A.. Estudo dos fatores que determinam a formação do capital social familiar em empresas familiares na região sul de Minas Gerais. *Revista Adm.*, São Paulo, v.48, n.3, p.426-439, 2013.
- ANWAR, S.; KOLOPAKING, L.; KINSENG R.; HUBEIS, A.. The impact of market penetration on social capital changes at the fishing community in small island: a case in Barrang Lompo Island Makassar City, South Sulawesi Province. *International Journal of Sociology and Anthropology*, v.6, n.3, p.92-104, 2014.
- ARMITAGE, D.; BERKES, F.; DOUBLEDAY, N.. Introduction: moving beyond co-management. In: ARMITAGE, D.; BERKES, F.; DOUBLEDAY, N.. **Adaptive co-management: collaboration, learning and multi-level governance**. Vancouver: UBC Press, 2007.
- ARREGLE, J.; HITT, M.; SIRMON, D.; VERY, P.. The development of organizational social capital: attributes of family business firms. *Journal of Management Studies*, v.44, n.1, p.73-95, 2007.
- BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BERNIER, Q.; MEINZEN-DICK, R.. Social capital and resilience. In: PANDYA-LORCH, R.; YOSEF, S.. **Resilience for food and nutrition security**. Washington: Food Policy Research Institute, 2014, p.169-176.
- BOURDIEU, P.. Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v.31, p.2-3, 1980.
- COLEMAN, J. S.. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, v.94, p.95-120, 1988.
- DENG, W.; HENDRIKSE, G.. Social capital and incentives on the provision of product quality by cooperatives. In: SEMINAR OF EUROPEAN ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMISTS, 140. *Anais*. 2013.
- FLINN, J.; MCPHERSON, G.. Culture matters: the role of art and culture in the development of social capital. In: FLINN, J.; MCPHERSON, G.. **Sport, Leisure, Culture and Social Capital: Discourse and Practice**. Eastbourne: Leisure Studies Association, 2007.
- GRAZHEVSKA, N.; PETRUSHENKO, T.; KOSTYUCHENKO, N.. Impact of social capital characteristics on the effectiveness of community-based approach to local development. *Ekonomika*, v.11, n.152, p.34-39, 2013.
- HANIFAN, J. J.. The rural school community center. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science: New Possibilities of Education*, v.67, n.1, p.130-138, 1916.
- IERULLO, M.; MAGLIONI, C.. Cuidado y organizaciones comunitarias: reflexiones a partir de la experiencia de la coordinadora de jardines maternos comunitarios de la matanza. *Argumentos*, n.17, p.150-177, 2015.
- LIRÓN, V. O.. El impact del Parque Natural del Hondo en el desarrollo local de Catral. *GeoGraphos*, v.4, n.53, p.499-530, 2013.
- MACKE, J.; VALLEJOS, R.; FACCIN, K.; GENARI, D.. The impact of inter-organizational social capital in collaborative networks competitiveness: an empirical analysis. In: INTERNATIONAL FEDERATION FOR INFORMATION PROCESSING. *Anais*. 2010.
- NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S.. Social capital, intellectual capital and the organization advantage. *The Academy Management Review*, v.23, n.2, p.242-266, 1998.
- NUÑEZ, M. T.. **Towards adaptive co-management of artisan fisheries in coastal Uruguay: analysis of barriers and opportunities, with comparison to Paraty (Brazil)**. Thesis (Doctor of Philosophy) – University of Manitoba, Manitoba, 2012.
- OSTRON, E.; AHN, T. K.. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. *Revista Mexicana de Sociología*, v.65, n.1, p.155-233, 2003.
- PEREDO, A. M.. Poverty, reciprocity and community-based entrepreneurship: enlarging the discussion. In: THE ROUTLEDGE COMPANION TO ENTREPRENEUSHIP. *Anais*. 2015.
- SAMPAIO, C. A. C.; LEÓN, I. C.; DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V.. Arranjos socioprodutivos de base comunitária: arranjos produtivos locais pensados como arranjos institucionais. O caso da Mondragón Corporação Cooperativa. *Organizações & Sociedade*, v.15, n.46, p.77-98, 2008.
- SCHRÖTER, B.; SESSIN-DILASCIO, K.; MEYER, C.; MATZDORF, B.; SATTTLER, C.; MEYER, A.; GIERSCH, G.; JERICÓ-DAMINELLO, C.; WORTMANN, L.. Multi-level governance through adaptive co-management: conflict resolution in a Brazilian state park. *Ecological Processes*, v.3, n.6, p.3-13, 2014.
- XU, J.; CHAU, M.; TAN, B.. The development of social capital in the collaboration network of information systems scholars. *Journal of the Association for Information Systems*, v.15, n.12, p.835-859, 2014.
- YIN, R. K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da Sustenere Publishing, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.